Direito

O modelo de resistência da OAB durante o mandato Michel Temer: traduções entre as ordens políticas e jurídica

Arthur Phillipe Milanez Santa Cecília - 9º módulo de Direito, UFLA, iniciação científica voluntária

Dra. Letícia Garcia Ribeiro Dyniewicz - Orientadora, FSCA, DIR, UFLA - Orientador(a)

Resumo

Diversos pesquisadores, dentre os quais Kim Scheppele, David Landau e Javier Corrales, têm demonstrado que, no panorama contemporâneo, líderes autoritários são eleitos por meio de processos constitucionais e democráticos, mas, uma vez instalados no poder, empreendem alterações normativas, buscando enfraquecer as bases das instituições democráticas locais. Apesar dos objetivos ocultos, essas alterações ocorrem a partir de processos e procedimentos previstos, buscando-se manter uma aparência democrática nas condutas. Diante disso, importante é o estudo desse fenômeno em terreno brasileiro. Isso porque autores como Cláudio Pereira de Souza Neto (2020) e Luis Felipe Miguel (2019) vêm discutido e catalogado acontecimentos que demonstram um enfraquecimento das instituições democráticas, erosão dos valores constitucionais e do antagonismo político e uma crise da democracia no Brasil. Para além deste questionamento teórico suscitado, é vital se estudar e analisar qual o comportamento dos juristas, sejam organizados ou individualmente, a fim de se obter um panorama da forma com que esses atores se comportam diante desses fatos. Nesses termos, o objeto empírico da pesquisa é o papel da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), instituição que, embora não represente a totalidade dos juristas brasileiros, serve de forte indicador do pensamento da classe, diante da potencial erosão constitucional no país. Dos estudos teóricos, conclui-se que Michel Temer ascendeu à presidência através da manipulação de dilemas constitucionais e com o forte apoio popular pelo impeachment de sua antecessora, Dilma Rousseff. Além disso, o ex-presidente se utilizou de um elevado apoio parlamentar como ferramenta de governo. Apesar de características antidemocráticas/autocráticas, alguns fatores, como sua baixa popularidade, distanciam a classificação, ao menos em um primeiro momento, de Michel Temer como líder legalista autocrata. Ademais, constatou-se que do período de 12 de maio de 2016 a 12 de maio de 2017, primeiro ano de Governo Temer foram autuadas 117 ações envolvendo a OAB na Corte Suprema do país, o Supremo Tribunal Federal. Em uma primeira juíza, uma parcela consciente das ações, 14 delas, versaram sobre questões relacionadas às instituições democráticas. O resultado indica, desse modo, que a OAB atuou no STF diante de uma diversidade de casos, sendo as questões democráticas parte considerável dos interesses judiciais da instituição.

Palavras-Chave: Legalismo autocrático, Ordem dos Advogados do Brasil, Governo Michel Temer.

Link do pitch: https://youtu.be/Pu5CXcx81-8